

RECURSO ESPECIAL Nº 1.729.771 - ES (2017/0274663-5)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
RECORRENTE : ALUIZIO NASCIMENTO
ADVOGADOS : OLDER VASCO DALBEM DE OLIVEIRA - ES010321
LIVIA NOGUEIRA ALMEIDA - ES018483
RECORRIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por Aluizio Nascimento, com base nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF 2ª Região assim ementado (e-STJ, fls. 517/518):

PREVIDENCIÁRIO - REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÕES CÍVEIS – TEMPO ESPECIAL - RUÍDO - COMPROVAÇÃO PRESENTE NOS AUTOS - REVISÃO DA SÚMULA Nº 32 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - DECRETO Nº 4.882/2003 - NÍVEL DE EXPOSIÇÃO - RETROAÇÃO DE NORMA SEM PREVISÃO LEGAL - IMPOSSIBILIDADE - PERFIL PROFISSIONGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO (PPP) - USO DE EPI - CONVERSÃO DE TEMPO COMUM PARA ESPECIAL ANTERIOR À 28/04/1995 - IMPOSSIBILIDADE - REMESSA E APELAÇÕES DO INSS E DO AUTOR DESPROVIDAS.

I - Comprovado nos autos que o autor laborou exposto ao agente físico ruído em níveis acima do previsto como tolerável, durante o período reconhecido na sentença de primeiro grau. fazendo *jus* ao seu cômputo como laborado em condições especiais.

II - A redução do limite de tolerância ao agente físico ruído para 85 decibéis, instituída pelo Decreto nº 4.882/2003, só deve ser aplicada a partir do início de sua vigência, não podendo retroagir sem expressa previsão legal, já que o tempo de serviço rege-se pela legislação vigente ao tempo do efetivo exercício, sob pena de ofensa ao disposto no artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil.

III - No que toca à apresentação do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP para a comprovação da exposição a ruído, cumpre ressaltar que o referido formulário foi criado pela Lei nº 9528/97 e é um documento que deve retratar as características de cada emprego do segurado, de forma a facilitar a futura concessão de aposentadoria especial. Desde que identificado, no documento, o engenheiro ou perito responsável pela avaliação das condições de trabalho, é possível a sua utilização para comprovação da atividade especial, fazendo as vezes do laudo pericial.

IV - Deve ser ressaltado que o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) não afasta a especialidade das atividades desenvolvidas.

V - Anteriormente à Lei nº 9.032/95 era possível tanto a conversão de

Superior Tribunal de Justiça

tempo especial em comum quanto o contrário. Entretanto, com a edição da referida lei, que acresceu o § 5º ao artigo 57 da Lei nº 8.213/91, passou a ser possível apenas a conversão de tempo especial em comum. Desse modo, para a concessão de aposentadoria especial, torna-se imprescindível que todo o período seja laborado em condições especiais, o que não ocorre no presente caso.

VI - Remessa necessária e apelações do INSS e do autor desprovidas.

Os embargos de declaração (e-STJ, fls. 521/601) foram rejeitados, nos termos da decisão de e-STJ, fls. 616/620.

Alega o recorrente contrariedade aos arts. 462, 489, § 1º, 1.022, I, II e III, do CPC/2015; 57, § 3º, da Lei n. 8.213/1991; e 6º da LINDB.

Acrescenta que houve omissão quanto à reafirmação da DER do benefício do autor, bem como que o Tribunal deixou de se manifestar acerca da vedação da conversão recíproca dos tempos de serviço especial e comum.

A autarquia apresentou suas contrarrazões (e-STJ, fls. 1.117/1.121).

Inadmitido o recurso especial na origem (e-STJ, fls. 1.127/1.128), foi interposto agravo de instrumento.

Parecer do Ministério Público Federal no sentido de se conhecer e dar provimento ao agravo de instrumento.

Decisão conhecendo do agravo e determinando a sua autuação como recurso especial (e-STJ, fls. 1.187/1.188).

É o relatório.

Registro, desde logo, que não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC, porquanto o acórdão combatido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada, quanto à questão da conversão de tempo comum em especial.

Ademais, extrai-se do mencionado acórdão (e-STJ, fl. 516):

Anteriormente à Lei nº 9.032/95 era possível tanto a conversão de tempo especial em comum quanto o contrário. Entretanto, com a edição da referida lei, que acresceu o § 5º ao artigo 57 da Lei nº 8.213/91, passou a ser possível apenas a conversão de tempo especial em comum.

Desse modo, para a concessão de aposentadoria especial, torna-se imprescindível que todo o período seja laborado em condições especiais, o que não ocorre no presente caso.

Sendo assim, não há que se falar em omissão do aresto. O fato de o Tribunal *a quo* haver decidido a lide de forma contrária à defendida pelo recorrente, elegendo fundamentos diversos daqueles por ele propostos, não configura omissão ou qualquer outra causa passível de exame mediante a oposição de embargos de declaração.

No aspecto:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE

DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. COMPROVAÇÃO DA ATIVIDADE RURAL. RECURSO QUE NÃO ATACA OS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 283/STF. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Constata-se que não se configura a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.

2. Claramente se observa que não se trata de omissão, contradição ou obscuridade, tampouco correção de erro material, mas sim de inconformismo direto com o resultado do acórdão, que foi contrário aos interesses do recorrente.

[...].

(REsp 1.655.052/PR, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, Data da decisão 6/4/2017 DJe 25/4/2017)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ERRO MATERIAL. PETIÇÃO ELETRÔNICA. SÚMULA 115/STJ. EXISTÊNCIA DE PROCURAÇÃO NOS AUTOS. REGULARIDADE DA REPRESENTAÇÃO COMPROVADA. EMBARGOS ACOLHIDOS COM EFEITOS MODIFICATIVOS. AGRAVO REGIMENTAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DO FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO CONHECIDO.

1. Os embargos de declaração têm a finalidade simples e única de completar, aclarar ou corrigir uma decisão omissa, obscura, contraditória ou que incorra em erro material, afirmação que se depreende dos incisos do próprio art. 1.022 do CPC/2015. Portanto, só é admissível essa espécie recursal quando destinada a atacar, especificamente, um desses vícios do ato decisório.

2. No caso dos autos, verifica-se a existência de erro material, razão pela qual merece acolhimento os embargos de declaração, com efeitos modificativos, a fim de afastar a incidência da Súmula 115/STJ, considerando a regularidade da representação processual.

3. O agravo regimental não merece ser conhecido, porquanto nos termos da jurisprudência do STJ, inviável o agravo regimental que deixa de impugnar os fundamentos da decisão agravada, nos termos do que dispõe a Súmula 182 do STJ.

4. Embargos de declaração acolhidos com efeitos modificativos, para afastar o óbice da Súmula 115/STJ e não conhecer do agravo regimental.

(EDcl no AgRg no AREsp 833.463/SP, Rel. Min. MAURO

Superior Tribunal de Justiça

CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, Data da decisão
2/8/2016, DJe 12/8/2016)

Quanto à questão de reconhecimento de tempo de trabalho em regime especial, observo que a controvérsia levantada no apelo nobre exige, para a sua definição, que se reapreciem aspectos fático-probatórios constantes dos autos. Isso porque o *decisum* recorrido, ao manter a sentença, terminou por se pautar em fatos e provas trazidos a lume para formar a sua conclusão. É o que se infere da seguinte passagem do voto condutor do aresto impugnado (e-STJ, fls. 515/516):

Do período requerido pelo autor em suas razões recursais (05/03/1997 a 28/11/2003), já foram reconhecidos na via administrativa os períodos de 05/03/1997 a 31/12/98 e 01/06/2000 a 28/11/2003. Desta forma, apenas o período de 01/01/99 a 31/05/2000 merece análise.

O Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) de fls. 165/166, comprova que o autor laborou junto à empresa LOCAMAQ LTDA, exposto ao agente físico ruído em níveis abaixo de 90 dB, previsto como tolerável para o período, não fazendo jus ao reconhecimento deste como tempo especial.

Em relação ao período de 12/12/98 a 18/11/2003, o referido PPP comprova que o autor trabalhou exposto ao agente físico ruído em nível de 89,9 dB(A), abaixo do previsto como tolerável, não fazendo jus ao reconhecimento deste período como laborado em condições especiais.

Quanto ao período de 20/01/09 a 24/09/10, o PPP de fls. 67/70 comprova que o autor laborou junto à empresa BMP Siderurgia S/A, exposto ao agente ruído em nível acima de 85 dB, previsto como tolerável para o período, fazendo jus ao seu reconhecimento como tempo especial.

Deve ser ressaltado que o uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI) não afasta a especialidade das atividades desenvolvidas.

No que toca à apresentação do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP para a comprovação da exposição a ruído, cumpre ressaltar que o referido formulário foi criado pela Lei nº 9528/97 e é um documento que deve retratar as características de cada emprego do segurado, de forma a facilitar a futura concessão de aposentadoria especial. Desde que identificado, no documento, o engenheiro ou perito responsável pela avaliação das condições de trabalho, é possível a sua utilização para comprovação da atividade especial, fazendo as vezes do laudo pericial.

No presente caso, o PPP acostado aos autos preenche todos os requisitos necessários, contendo a identificação dos engenheiros responsáveis pelos registros ambientais, sendo documento hábil à comprovação da especialidade das atividades desenvolvidas.

A extemporaneidade dos documentos apresentados não lhe retiram a força probatória, já que, constatada a presença de agentes nocivos no ambiente de labor em data posterior à de sua prestação, mesmo com as inovações tecnológicas e de medicina e segurança do trabalho advindas com o passar do tempo, reputa-se que, à época da atividade, a agressão dos agentes era

Superior Tribunal de Justiça

igual, ou até maior, dada a escassez de recursos existentes para atenuar sua nocividade e a evolução dos equipamentos utilizados no desempenho das tarefas.

Em relação ao período de 03/02/92 a 08/10/92, adoto o seguinte trecho da fundamentação da sentença de primeiro grau (f. 380), como razões para decidir:

[...]

Quanto ao período de 03/02/92 a 08/10/92, em que se requer o reconhecimento por categoria profissional, verifico que consta nos autos apenas a informação de que o autor exerceu a função de operador industrial, na empresa Maxservice Comércio e Serviços Ltda., conforme cópia da CTPS acostada à fl. 77. Deste modo, não há como se reconhecer a especialidade do período em questão, posto não estar especificado o tipo de operação exercida pelo autor, a fim de enquadrá-la dentre as atividades profissionais previstas nos Decretos 53.831/64 e 83.080/79.

[...]

Anteriormente à Lei nº 9.032/95 era possível tanto a conversão de tempo especial em comum quanto o contrário. Entretanto, com a edição da referida lei, que acresceu o § 5º ao artigo 57 da Lei nº 8.213/91, passou a ser possível apenas a conversão de tempo especial em comum.

Desse modo, para a concessão de aposentadoria especial, torna-se imprescindível que todo o período seja laborado em condições especiais, o que não ocorre no presente caso.

Dessa forma, em havendo o acórdão concluído, com lastro probatório, estarem ausentes as condições necessárias à concessão do benefício, modificar tal entendimento importaria desafiar a orientação fixada pela Súmula 7 do STJ:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RENDA PER CAPITA. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO Nº 1.112.557/MG. RECONHECIMENTO DA CONDIÇÃO DE HIPOSSUFICIENTE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A condição de hipossuficiente pode ser provada por provas diversas, dentre as quais a renda familiar, sendo impossível reabrir-se a questão probatória na via do recurso especial ante o óbice da Súmula 7/STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1.396.747/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/10/2013, DJe 21/10/2013)

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO RECONHECIDO EM SENTENÇA TRABALHISTA. INEXISTÊNCIA DE OUTRAS PROVAS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ.

1. No provimento jurisdicional que julgou procedente o pedido de revisão de benefício previdenciário, o acórdão hostilizado se reportou à prova dos

Superior Tribunal de Justiça

autos para consignar que: a) foi juntada cópia integral da Reclamação Trabalhista, na qual foi reconhecido o tempo de serviço, não impugnado pelo ex-empregador; b) procedeu-se à anotação do período laborativo na Carteira de Trabalho; e c) o INSS não se eximiu da apresentação de contraprova apta a desconstituir a veracidade da anotação determinada.

2. A revisão das premissas acima estabelecidas demanda incursão no acervo fático-probatório, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.

3. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 392.873/RO, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 22/10/2013, DJe 5/12/2013)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, IV, do CPC/2015, c/c o art. 255, § 4º, II, do RISTJ e a Súmula 568/STJ, nego provimento ao recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator